

CONFLITO DE INTERESSES MARCA RELAÇÃO ENTRE USP E FUNDAÇÕES

Antônio Biondi, João Brant, José Chrispiniano e Pedro Estevam da Rocha Pomar
Equipe da Revista Adusp



Professores que exercem cargos de direção na USP tornaram-se também dirigentes de fundações privadas ou beneficiários de projetos privados, caracterizando assim a existência de interesses contraditórios na gestão pública

A notícia caiu como raio em céu azul: a Fipecafi obtivera do Ministério da Educação autorização para criar sua própria faculdade. A pró-reitora de Graduação, Ada Pellegrini Gri-nover, reagiu, aparentando surpresa (embora a fundação houvesse encaminhado seu pedido ao MEC mais de um ano antes) e condenando a iniciativa da Fipecafi. Tratava-se, disse ela, de conflito de interesses.

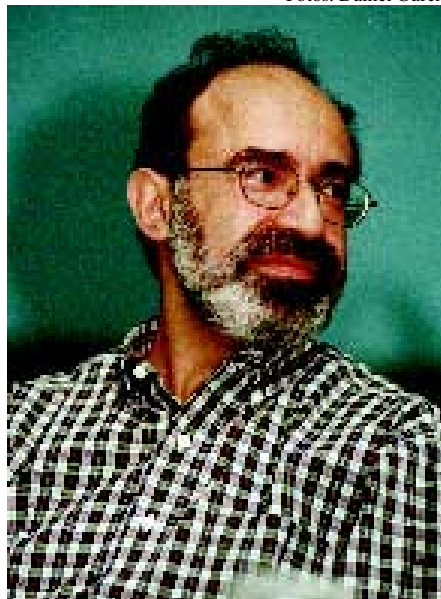
O reitor endossou as declarações da pró-reitora, e a Fipecafi recuou. Mas permanece intocado o vasto conflito de interesses a permear, no cotidiano, a relação existente entre o complexo fundacional privado, a USP e o poder público.

A existência de tal conflito na vida das instituições universitárias tomou feições rotineiras, desde que professores que exercem cargos de direção na USP tornaram-se ao mesmo tempo, ou em períodos intercalados, dirigentes de fundações (diretores e membros de conselhos curadores, inclusive presidentes) ou beneficiários de projetos privados por elas intermediados.

Nas primeiras posições, como agentes do poder público, devem tomar decisões e praticar atos administrativos relativos às instituições privadas que dirigem, ou das quais participam. Decisões e atos como os referentes a convênios, repasses de verbas, fixação de taxas pela utilização do patrimônio etc.

A minuta de resolução sobre as fundações recentemente submetida ao Conselho Universitário (CO), e incluída na pauta da sessão prevista para 4 de setembro, trata do tema, é verdade, embora sem falar em conflito

Fotos: Daniel Garcia



Professor Guilherme Ary Plonski

A minuta recentemente submetida ao CO trata do tema, mas sem ir ao centro da questão

de interesses e sem ir ao centro da questão. Professores que exerçam cargos de direção na USP estarão impedidos, se aprovada a minuta, de acumulá-los com a presidência de conselho curador ou diretoria de fundações.

“O Reitor, o Vice-Reitor, os Pró-Reitores, os Diretores e Vice-Diretores das unidades, bem como Diretores, Coordenadores, Vice-Diretores ou Vice-Coordenadores de Órgãos de Integração e Órgãos Complementares não poderão presidir Conselho Curador nem exercer funções executivas de qualquer fundação de apoio”, reza o artigo 4º da proposta.

Os chefes de departamento, portanto, não estariam proibidos de exercer cargos em fundações pri-

vadas. E dirigente universitário nenhum ficaria impedido de delas participar como coordenador, supervisor ou orientador, nem de integrar conselhos curadores sem exercer a presidência desses órgãos.

Caso notório de acúmulo de cargos conflitantes na USP e nas fundações privadas é o do professor Guilherme Ary Plonski, também recentemente empossado diretor-superintendente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT).

Docente na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e na Escola Politécnica, o professor atua na FIA e na Fundação Vanzolini. Nesta última preside, desde 1998, o Conselho Curador. Mas o professor também coordenou, de 1994 a agosto de 2001, a Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais (Cecae), órgão auxiliar encarregado, entre outras atribuições, de programas de cooperação com empresas.

Em 1996, o reitor Flávio Fava de Moraes também nomeou Plonski membro do Conselho Curador da Fundação USP (FUSP). “Exatamente pela característica do trabalho da Cecae, que é dinamizar a interface entre a USP e o entorno social e econômico, julgou o reitor importante que houvesse a presença não do Ary, mas do coordenador da Cecae como integrante do Conselho Curador”, explica o professor, mantido em ambos os cargos pelo reitor Jacques Marcovitch, que assumiu em 1998.

Embora ocupasse, simultaneamente, a coordenadoria da Cecae e posições importantes em fundações que movimentam dezenas de milhões de reais por ano, e nas quais

TABELA 1 - Projetos da FUSP 1992-2000

	Valor por unidades (em US\$)	Percentual sobre a verba total
Politécnica	28.794.141,33	25,83%
HU	10.824.241,67	9,71%
Cecae	5.220.682,07	4,68%
Escola do Futuro	4.736.275,65	4,25%
F. Educação	4.732.763,93	4,25%
F. C. Farmacêuticas	4.005.321,92	3,59%
IO	3.252.578,30	2,92%
IAG	2.917.497,19	2,62%
ICB	2.874.015,48	2,58%
Esalq	2.530.311,50	2,27%
IME	2.275.898,20	2,04%
FAU	2.189.186,64	1,96%
IP	1.724.083,27	1,55%
FFLCH	1.712.131,76	1,54%
ECA	875.614,33	0,79%
PRCEU	840.404,89	0,75%
FEA	643.558,65	0,58%
Total dessas unidades	80.148.706,77	71,90%
Total geral 1992-2000	111.474.577,37	100%

Fonte: FUSP, Livro de Projetos 1992-2000.

TABELA 2 - Contratos entre SEE-SP* e fundações privadas da USP

	Quantos	Valores totais em R\$
FFM	2	8.140.000,00
FIA	1	686.040,00
Fipe	1	343.740,00
Fipecafi	3	7.768.000,00
FCAV	2	12.671.667,81
FTDE	1	652.098,75
Totais	10	30.261.546,56

*Nos anos 2000-2001, por meio da Fundação do Desenvolvimento da Educação (FDE).
Fonte: Diário Oficial do Estado

ele próprio coordena projetos privados que envolvem quantias elevadas, Plonski considerava não haver concentração de poder em suas mãos, nem conflito de interesses: “evidentemente que não, porque se considerasse que há, não teria aceito” (leia entrevista com o professor na p. 79).

Outro exemplo, certamente mais importante, de superposição de cargos USP-fundação é o próprio reitor Marcovitch, que presidiu a FIA no período 1987-1994, continua a figurar na relação de coordenadores de projetos daquela instituição e tem assento no Conselho Curador da FUSP

(do qual é membro nato e presidente, por disposição estatutária) e no Conselho Consultivo da Fundação Faculdade de Medicina (FFM).

Em 1998, quando já ocupava a Reitoria, Marcovitch também integrou o Conselho Curador da FIA. Nesse mesmo ano, a fundação subsidiou, a título de apoio a pesquisa, viagem do reitor a Davos (Suíça), “para participar da Reunião Anual do World Economic Forum”, realizado de 29 de janeiro a 3 de fevereiro.

O reitor foi, ainda, um dos 11 professores “beneficiados com o prêmio de R\$ 3.000,00 concedido pelo De-

Dos US\$ 111 milhões

gerenciados pela FUSP,

US\$ 28,7 milhões

(25%) foram

destinados à Poli

partamento de Administração”, como parte do programa de Subsídio à Pesquisa, financiado por verba da FIA. Marcovitch recebeu dois prêmios em 1998, no total de R\$ 6.000,00, pela publicação de artigos (FIA, *Relatório de Atividades 1998*, p. 21-23).

Também o professor Antonio Marcos Massola, atual diretor da Escola Politécnica, exerce cargo dirigente em fundação: é diretor-executivo da FUSP. Levantamento realizado com base no *Livro de Projetos 1992-2000* da FUSP indica que, dos US\$ 111 milhões arrecadados ou gerenciados pela fundação no período, US\$ 28,7 milhões (25% do total) foram destinados à Escola Politécnica,

POLITÉCNICA, CECAE E ESCOLA DO FUTURO RECEBERAM MAIORES REPASSES DA FUSP

A FUSP é uma das maiores fundações privadas da USP, em valores movimentados. Nos anos 1992-2000, arrecadou ou gerenciou um montante de US\$ 111 milhões, ou seja, em média US\$ 12,33 milhões por ano. O levantamento baseia-se nos dados do *Livro de Projetos 1992-2000* da fundação, que apresenta as cifras relativas aos 508 projetos desenvolvidos por ela entre maio de 1992 e maio de 2000.

A maior parte dos projetos relacionados tem seus valores apresentados em dólar. Outra parte tem parcelas em dólar e parcelas em real. Outra, ainda, apresenta valores somente em real. Decidimos converter os valores em real para valores em dólar, utilizando-se para isso o valor médio do dólar comercial no mês de julho de cada ano, com base na seguinte tabela: 1995, 1 dólar = 0,925 real; 1996, 1 = 1,0052; 1997, 1 = 1,0802; 1998, 1 = 1,1630; 1999, 1 = 1,8105; 2000, 1 = 1,7975.

O levantamento permite concluir que os principais beneficiários da atividade da FUSP são órgãos e docentes ligados à Escola Politécnica. Isso é revelado pela análise do volume global de projetos associados a departamentos da Politécnica, que somam US\$ 28.794.141,33 ou 25,83% do total movimentado pela fundação.

O Hospital Universitário recebeu por intermédio da FUSP verbas que somam US\$ 10.824.241,67 (9,71% do total movimentado pela fundação), a maior parte delas provenientes do Sistema Único de Saúde (SUS). A Cecaie recebeu US\$ 5.220.682,07 (4,68%) e a Escola do Futuro US\$ 4.736.275,65 (4,25%).

À exceção da Politécnica, as unidades da USP que contrataram projetos pela FUSP receberam entre US\$ 643.558,65 (0,58%, FEA) e US\$ 4.732.763,93 (4,25%, Faculdade de Educação).

ao passo que outras unidades beneficiadas por projetos receberam, no máximo, cerca de 4% do volume total de recursos (**tabela 1**).

O estatuto da FUSP afirma que esta fundação “tem por objeto precípuo proporcionar à USP, dentro de suas possibilidades, meios necessários à adequada mobilização de recursos humanos e materiais para o atendimento das finalidades

estatutárias da USP”.

O professor Massola contesta a existência de conflito de interesses: “Nenhum, pois a FUSP trabalha em atividades com toda a Universidade. A Politécnica é uma unidade da USP e como a FUSP não destina recursos para nenhuma unidade, a não ser com a aprovação do seu Conselho Curador, não considero existir conflito no caso”, afirmou.



Professor Antônio Massola

A SEE-SP contratou seis fundações ligadas à USP. Os contratos somam R\$ 30 milhões

“Os recursos obtidos pelas unidades, graças à competência, agilidade e capacidade de seus docentes, são entregues à FUSP para gerenciá-los (não são então considerados como benefícios oferecidos pela FUSP a uma unidade específica). Desse modo, o diretor executivo é apenas um gerente de tais recursos, não tendo influência na sua destinação”, diz Massola, negando eventual favorecimento à unidade que dirige.

Apesar disso, ele defende a minuta submetida ao CO: “Como membro da Comissão de Orçamento e Patrimônio do Conselho Universitário (COP), tive participação efetiva na aprovação da minuta de reso-

QUANTO VALE A MARCA USP?

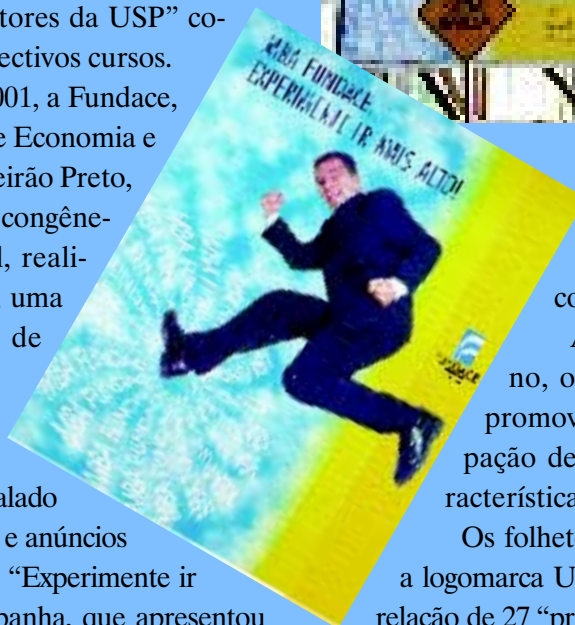
Foto: Júlio Sian

Quanto vale a marca USP? Muito, com certeza. As fundações privadas sabem disso, tanto que a logomarca da universidade é fartamente utilizada por elas nos materiais de propaganda dos cursos pagos. Evidentemente, o uso da logomarca — um selo de qualidade e prestígio — é somente o sinal mais ostensivo da exploração mercadológica do nome USP. Indispensável nesses materiais, por exemplo, é a referência a “professores doutores da USP” como os responsáveis pelos respectivos cursos.

No primeiro semestre de 2001, a Fundace, fundação ligada à Faculdade de Economia e Administração da USP de Ribeirão Preto, prima menor e mais nova das congêneres ligadas à FEA da Capital, realizou, para divulgar seus cursos, uma campanha publicitária digna de qualquer escola privada.

Painéis foram espalhados pelas principais avenidas de Ribeirão Preto, um balcão foi instalado no principal shopping da cidade e anúncios foram veiculados pela televisão. “Experimente ir mais alto!” foi o mote da campanha, que apresentou um jovem engravatado saltando para cima. Em todas as peças, bem visível, a logomarca da USP (**vide foto e reprodução de folheto**).

Tão ou mais grave do que a utilização comercial da logomarca é a chancela de que fazem uso as fundações ao emitir diplomas para os alunos de seus cursos, particularmente aqueles denominados *Master of Business Administration*, ou *MBA*. Nesses mestrados



lato sensu, os diplomas trazem, além da logomarca da universidade, o símbolo da FEA-USP com a correspondente sigla.

Ao custo de R\$ 10.500,00 por aluno, o *MBA* “Economia do Turismo”, promovido pela Fipe com forte participação de docentes da ECA, reúne as características citadas.

Os folhetos desse curso trazem não apenas a logomarca USP e o timbre da FEA, como uma relação de 27 “professores doutores da Universidade de São Paulo” que integram o “corpo docente”. Entre eles o diretor da ECA, professor Waldenyr Caldas, o ex-diretor, professor Tupã Gomes Correa, e o presidente da Fipe, professor Simão Davi Silber.

A aula inaugural da quarta turma desse *MBA*, no dia 6 de agosto, lotou o auditório FEA-5 e contou com a presença do próprio diretor da FEA, professor Eliseu Martins.

lução. Uma vez aprovada pelo CO não hesitarei em cumprí-la!”

Outro caso digno de nota é o do professor Hélio Nogueira da Cruz, titular da Coordenadoria de Administração Geral da USP (Codage), órgão encarregado de normatizar e fiscalizar o recolhimento das contribuições financeiras das fundações.

O professor é, ao mesmo tempo, diretor vogal da FUSP e coordenador de projetos na Fipe.

Indagado a respeito (“O fato de coordenar a Codage e ao mesmo tempo participar da Fipe não caracteriza conflito de interesse?”), Hélio Nogueira respondeu simplesmente: “Não”.

O professor exerce seu cargo na

Codage desde outubro de 1993. Em 1997, ele declinou da indicação para a presidência do Conselho Curador da Fipe, “por ocupar outros cargos da comunidade” (Fipe, *Ata da 74ª reunião ordinária do Conselho Curador*, 18/12/97). Manteve-se, contudo, como um dos curadores da entidade, função na qual se destacou

como defensor da “sobrevivência da Fipe” (leia texto nas p. 75-77).

À frente da Codage, ele tem-se negado a informar à *Revista Adusp* os valores dos repasses efetuados pelas fundações para as unidades e a Reitoria. A cada solicitação, a Codage fornece uma nova explicação para não entregar a planilha. Da última vez, em mensagem pessoal, o professor Hélio Nogueira garantiu que a planilha será entregue, mas somente depois que o CO tomar conhecimento dela.

Na Faculdade de Medicina, Escola Politécnica e FEA, as unidades que concentram as mais importantes fundações, são vários os exemplos de superposição de cargos USP-fundações que implica conflito de interesses.

O professor Irineu Velasco, diretor da Faculdade de Medicina, presidente do Conselho Curador da FFM. O vice-diretor, professor Eduardo Massad, é vice-diretor-geral da FFM. Os professores José Antonio Franchini Ramires, chefe do Departamento de Cardio-Pneumologia da Faculdade e membro da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), e José Aristodemo Pinotti, chefe do Departamento de Obstetrícia e Ginecologia, também são membros do Conselho Curador dessa fundação.

Os professores Cláudio Felisoni de Angelo e Marcos Campomar, chefe e ex-chefe, respectivamente, do Departamento de Administração da FEA, são membros do Conselho Curador da FIA. Os professores Carlos Azzoni, chefe do Departamento de Economia, e Denisard Alves, diretor da FEA de 1994 a 1998, coordenam projetos e foram membros do Conselho Curador da Fipe.

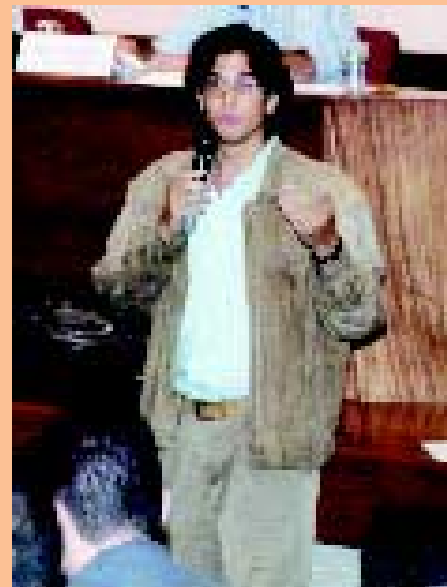
As fundações estão representadas

“AUTONOMIA EM RELAÇÃO AO

Fernando Kleiman e Pedro Barros, estudantes do curso de graduação em economia da FEA, envolveram-se ativamente nos debates sobre a presença tentacular das fundações dentro da FEA. Membros do Diretório Central dos Estudantes (DCE-USP) e representantes discentes, denunciam a falta de professores em departamentos cujas áreas de conhecimento não estão ligadas a finalidades empresariais, a inclinação para o mercado cada vez maior de certos cursos de graduação e a inexistência de uma reflexão séria sobre o impacto dos núcleos privados nos princípios que regem a universidade pública.

Kleiman questiona a atitude dos professores diante do problema: “Falta discussão e posicionamento da categoria docente a este respeito. Não dá só para estudante ficar bancando esta discussão e esta briga. Os docentes têm que se posicionar. E não é só docente de unidade onde não tem fundação. É docente de faculdade que tem fundação também. Pensar outras estruturas e formas de resolver o problema”.

Para eles, o entendimento que se tem de autonomia é equivocado: “Algumas pessoas entendem a autonomia da USP como uma autonomia financeira, e colocam as fundações como uma das formas de captar recursos para a universidade se manter. E a autonomia de fato é ter a autonomia em relação ao



Fernando Kleiman

governo e ao mercado, para poder gerir seus próprios recursos”, sustenta Kleiman.

“A universidade conseguiu autonomia do governo, mas não do mercado. Do jeito que foi feita, a autonomia acabou acelerando o processo de perda de autonomia para o mercado”, polemiza Barros. Ele cita como exemplo os cursos pagos oferecidos pela FEA.

“O MBA afeta a graduação: não é crítico, não produz conhecimento, e o que produz não é público. Por que não existe hoje na FEA administração pública, dentro de uma universidade que é pública? Essa é a discussão do ponto a que chegaram os cursos de administração e contabilidade na FEA, economia ainda um pouco menos, porque há uma resistência”.

Kleiman lembra que a universidade não pode se limitar a formar

GOVERNO E AO MERCADO”, PEDEM ESTUDANTES



Pedro Barros

“A pessoa que critica a burocracia, e que faz a fundação, é a mesma pessoa da burocracia”

profissionais para o mercado. “Pode até formar. Afinal, o mercado faz parte da sociedade. Não se pode é só formar profissionais para o mercado, o que está acontecendo hoje. Aí você passa a entender, e parece que vários professores acham isso, que a sociedade é o mercado”, diz. “Em dois debates sobre fundações, na FEA e na FAU, foi constante o uso de mercado e sociedade como sinônimo. Isso é assustador”, completa Barros.

Departamentos que conseguem fazer projetos para o mercado estão repletos de professores, informam os estudantes, ao passo que nas áreas que não prestam consultoria, como História Econômica, falta quem dê aula.

“Uma das matérias, História Econômica Contemporânea, tinha 154 alunos na sala. Até o ano passado tínhamos duas disciplinas, Formação Econômica e Social do Brasil I e II. No ano passado, por falta de professor, juntaram as duas matérias e a continuação virou optativa porque não havia mais professores suficientes para as duas”, relata Kleiman.

Para eles, os argumentos sobre a “falta de agilidade” da USP para captar e administrar recursos são contraditórios. “A burocracia é ineficiente porque os departamentos estão feudalizados, enrijecidos. Engraçado é que a pessoa que critica a burocracia e que faz a fundação é a mesma pessoa da burocracia”, critica Kleiman.

“Nesse período o que a USP melhorou na sua estrutura burocrática para captar recursos? Por quê a universidade não capta recursos?”, indaga Barros. “Não é a universidade que capta os recursos porque aí eles tornam-se públicos e aí tem todo um trâmite, que pode se chamar de burocrático, só que garante um tom público ao dinheiro. Quando a fundação capta já é algo privado”.

Barros explica que nos cursos pagos a avaliação é diária. “Todo final de aula circula um questionário e o aluno escreve. Se o professor é mal avaliado, não dá mais aula para aquela turma. Se é bem avaliado, terá mais turmas para dar aula. Então no *MBA* ele vai querer dar uma aula muito boa, enquanto na graduação ele não tem incentivo para isso”.

Há outros reflexos sobre a produção docente, avalia o estudante: “Muitas vezes os professores se justificam, vangloriam-se até, de que dão na aula da graduação o caso estudado no *MBA*. Eles falam: ‘a mesma aula que dei no *MBA* eu estou dando na graduação’. Ou seja, não preparam a aula na graduação, eles assumem. Eles reproduzem esta aula feita para uma empresa. O curso de graduação é afetado diretamente”.

Esses cursos são pagos, na sua maioria, por empresas, lembra Barros. “O aluno do *MBA* quer ‘crescer na empresa’, este é o objetivo dele ao fazer o curso. Ele vai avaliar se este curso deu uma formação para ele seguir a carreira na empresa. Quanto menos questionador, melhor. Quanto mais ele puder aplicar imediatamente, melhor. No limite é a lógica da empresa que está sendo colocada”. No julgamento de Kleiman, “achar que a mera reprodução de um curso para empresas já vale como curso de graduação é uma falta inclusive de pudor, de decoro acadêmico”. **RA**

TABELA 3 - Contratos SEE-SP* e fundações privadas da USP

Fundação	Objeto do contrato (palavras-chave)	Publicação no DOE	Valor em R\$
FCAV	Serviços de consultoria	6/10/2000	541.667,81
FCAV	PEC-Forprof	11/4/2001	12.130.000,00
FFM	Projeto "Parceiros do Futuro"	28/9/2000	2.720.000,00
FFM	Projeto "Parceiros do Futuro"	28/6/2001	5.420.000,00
Fipecafi	Consultoria de convênios FDE-APMs	5/9/2000	892.000,00
Fipecafi	Serviços técnicos especializados	5/10/2000	2.900.000,00
Fipecafi	Plano Nacional do Livro Didático	9/8/2001	3.976.000,00
FIA	Serviços de consultoria e apoio	23/3/2001	686.040,00
FTDE	Centro de Referência do Professor	9/8/2001	652.098,75
Fipe	Pesquisa de preços de insumos	23/9/2000	343.740,00

Fonte: Diário Oficial do Estado.

*Por meio da FDE

indiretamente no CO. A delegação da FEA, por exemplo, pertence aos quadros fundacionais. O atual diretor da unidade, professor Eliseu Martins, foi presidente da Fipecafi em dois períodos (1985-1990 e 1997-1998) e hoje integra seu Conselho Curador. A vice-diretora, professora Maria Tereza Fleury (que também representa sua congregação), é supervisora de projetos na FIA.

Acrescente-se à superposição e ao rodízio de cargos USP-fundação o revezamento de alguns poucos quadros nas posições de comando das instituições privadas. Exemplo extremo dessa prática nos é dado pelo professor Sérgio de Iudicibus. Diretor da FEA de 1979 a 1983, presidiu a Fipecafi de 1980 a 1985, ocupando depois a presidência de seu Conselho Curador por nada menos do que 12 anos (1986-1998). Atualmente, o professor de Iudicibus preside o Ipecafi, instituto ligado à Fipecafi.

A facilidade com que as fundações privadas ligadas à USP conquistam contratos com secretarias de Estado e outros órgãos públicos



Professor Eliseu Martins

também pode caracterizar conflito de interesses. Esses contratos envolvem quantias elevadas e raramente são precedidos de licitação pública.

Veja-se o caso da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP). Entre 2000 e 2001, a SEE-SP contratou a prestação de serviços de seis fundações privadas abrigadas pela USP. O levantamento, que é incompleto, indica que foram celebrados 10 diferentes contratos com essas fundações, os quais totalizam R\$

30.261.546,56 (tabela 2).

Desses recursos, 94% são destinados a três fundações: a Fipecafi, que faz jus a um total de R\$ 7,76 milhões, a FFM, que receberá um total de R\$ 8,14 milhões, e a FCAV, que contabilizará R\$ 12,67 milhões (tabela 3). Também foram realizados contratos com a FIA, FTDE e Fipe. Todos eles celebrados por meio da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), entidade pública vinculada à SEE.

Os principais contratos com a Fipecafi são de "prestação de serviços técnicos especializados", no valor de R\$ 2.900.000,00 com duração de 210 dias, e "serviços de consultoria para gerenciamento de informações e logística da operação referente ao Plano Nacional do Livro Didático-PNLD 2001/2002", no valor de R\$ 3.976.000,00, com duração de 12 meses, este último com dispensa de licitação.

Os dois contratos firmados com a FFM têm como objeto a "prestação de serviços técnicos especializados para a continuidade do projeto

EM 1994, DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DISPUTOU INSTITUTO COM A FIPE

A história contada a seguir revela, em certa medida, como o desempenho das fundações privadas interfere nas instituições universitárias, e como se dão as disputas no interior dessas organizações. Não é uma história nova, mas seus personagens principais encontram-se em plena atividade.

Em novembro de 1994, após uma avaliação da Reitoria que considerou pouco produtivo o desempenho do Departamento de Economia da FEA, seu chefe na época, professor Eleutério Fernando da Silva Prado, enviou aos professores carta aberta criticando os efeitos da ação da Fipe sobre a produção acadêmica. Importante: o professor Prado integrava também o Conselho Curador da Fipe.

A iniciativa desencadeou um debate sobre o relacionamento institucional entre o Departamento, a Fipe e o Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE). Ambos, Departamento e Fipe, disputando o controle do instituto. O então chefe do Departamento defendia que todos os programas acadêmicos e verbas de instituições de fomento ficassem sob controle do IPE, e este sob menor influência da Fipe.

Na carta, cuja transcrição consta de uma ata do Conselho Curador da Fipe, Prado lamenta: “É notório e transparente que o Departamento de Economia como um todo”, escreveu, “sofreu um pro-

cesso de perda de qualidade nos últimos anos” (Fipe, *Ata da 20ª Reunião Extraordinária do Conselho Curador*, 8/11/1994).

Embora o Conselho do Departamento tivesse aceitado uma “proposta de recuperação da qualidade acadêmica”, o professor não via como implantá-la: “Veja-se, porém, que o Conselho do Departamento e sua chefia, tal como se encontram hoje, não dispõem dos instrumentos institucionais necessários para dar conta das tarefas exigidas. Ele não tem meios, além dos burocráticos, de estimular a realização de pesquisas acadêmicas.”

“Ele não está aparelhado para captar recursos. Ele não controla o curso de pós-graduação, já que este se encontra sob a guarda da Fipe por meio do IPE. Ora, hoje é preciso ver claro que a Fipe, em virtude de razões históricas, mais externas do que internas, não está mais capacitada a soerguer o Departamento.”

Na continuação, Prado assinala as diferenças entre as atividades desenvolvidas pela fundação e os interesses da pesquisa acadêmica: “Atualmente a Fipe está envolvida com cursos profissionalizantes, com a elaboração de índices e de pesquisas com baixo poder de fomento de produtos acadêmicos, ainda que altamente relevantes para a sociedade brasileira. A Fipe, hoje, por isso, ainda

que cumprindo um papel essencial de aporte de recursos, tem pouco potencial estimulador das atividades que dão vida à universidade”.

De acordo com o professor, só o Departamento de Economia “poderá se empenhar verdadeiramente na realização de um programa de apoio aos atuais professores do departamento que têm vontade de se dedicar predominantemente às atividades acadêmicas”.

Para isso, ele precisaria “centralizar a captação de recursos extra-orçamentários, tais como os advindos do CNPq, Capes, Fapesp etc. Para tanto, ele precisa ser firmemente apoiado pela Fipe, que, assim, nada mais faz do que cumprir os seus estatutos”.

Mas, para que tal aconteça, continuou Prado, “é preciso modificar a relação formal de subordinação que hoje se verifica entre o diretor do IPE (e Presidente da Fipe) e a chefia de Departamento, a qual viola os Estatutos da USP” (Fipe, *Ata da 20ª Reunião Extraordinária do Conselho Curador*, p. 4).

O professor faria depois outra carta, endereçada somente aos membros do Conselho Curador da fundação, na qual lembrava que as questões por ele levantadas eram apenas institucionais, não pessoais, e que não duvidava da seriedade dos diretores da Fipe.

Incomodava Prado o fato de que, embora o artigo 52 do regi-

‘Parceiros do Futuro’ para 130 escolas da rede estadual de ensino”. Houve dispensa de licitação pelo menos no contrato FDE 44/0352/01/04, de R\$ 5.420.000,00.

O principal contrato com a FCAV, no valor de R\$ 12.130.000,00, diz respeito ao Programa de Educação Continuada para professores da rede estadual, tendo como objeto “serviços técnicos especializados para definir, implantar e operar sistema de gestão integrado ao PEC/Forprof”.

Contrato de objeto similar foi assinado também com a Prodesp, empresa pública estadual de processamento de dados, encarregada de prestar “serviços técnicos especializados referentes ao PEC/Forprof — infra-estrutura tecnológica e gerenciamento para o Curso de Formação Pedagógica Presença Virtual”.

O contrato com a Prodesp vai durar 12 meses, tempo que corresponde à metade da duração do contrato com a FCAV. Mas a empresa pública deverá receber R\$ 949.384,83, o equivalente a apenas 7,8% do montante a ser pago à fundação privada.

Vários contratos relacionados ao PEC/Forprof foram celebrados pela SEE-SP com instituições de natureza privada. A Fundação Educacional Universidade Eletrônica do Paraná, por exemplo, deverá prestar “serviços técnicos profissionais especializados para definir a estrutura tecnológica, disponibilizar e instalar os equipamentos de videoconferência necessários à operacionalização do PEC/Forprof”, no valor de R\$ 4.650.000,00. O Senac receberá R\$ 1.500.000,00 para ministrar cursos de informática. **RA**

mento da FEA garantisse a presidência do IPE ao chefe do Departamento, o cargo acabava nas mãos do presidente da Fipe.

As propostas de Prado para reformular a relação Departamento-IPE-Fipe foram mal recebidas pelo professor André Franco Montoro Filho, que presidira simultaneamente a fundação e o IPE entre novembro de 1989 e outubro de 1993, e era então membro do Conselho Curador da Fipe.

No dia 8 de novembro de 1994, data em que a carta foi lida em reunião do Conselho, na presença de Prado, Montoro Filho rebateu a crítica do chefe do Departamento de Economia, dando ênfase às “alterações que ocorreram na USP” e que deixaram “bem claro o tipo de

relacionamento que existe entre as fundações e a USP”, a partir do novo estatuto e do advento da Resolução 3592, de 1989.

“Fica aí bem claro que a Fipe é uma entidade de direito privado e não tem nenhum poder de imiscuir-se em atividades que sejam da universidade. Questões de número de publicações por docente, de pesquisas, de progresso na carreira dentro da Universidade são funções das universidades e seus quadros diretivos. Não é responsabilidade da Fipe, enquanto Fipe, exer-

cer nenhum tipo de atividade nesta direção. A Fipe é um órgão de apoio, é uma fundação de direito privado criada e regulamentada por esse convênio”.

Montoro Filho negou haver subordinação do departamento à Fipe: “Se subordinação alguma existe, formal, é da Fipe ao Conselho do Departamento, na medida em que todas as atividades previstas pelo convênio e pela Resolução 3592 têm que ser feitas de acordo com aquilo que a Universidade assim determinar”.

Destacou, ainda, que enquanto presidiu a Fipe fez questão de “definir bem quais são as atividades convênio e quais são as atividades não-convênio”, pois as primeiras “têm que necessariamente obedecer a

regulamentação da USP”, à qual as outras, no seu entender, não estariam sujeitas.

“É claro que a Fipe tem e pode ter atividades não-convênio. Nas atividades não-convênio não é necessário dar a menor satisfação para a Universidade de São Paulo”, declarou Montoro Filho. “Acho que esse divisor é muito importante: atividade convênio e atividade não-convênio”, enfatizou.

Mais adiante, ao responder a uma pergunta, Montoro Filho vol-

“Nas atividades não-convênio não é necessário dar a menor satisfação para a USP”, disse Montoro Filho

tou à questão, afirmando: “Você tem atividades acadêmicas dentro do convênio Fipe-USP. Estas atividades dentro do convênio, a Resolução 3592, que nós aderimos por imposição da Reitoria, senão ia denunciar o convênio que estabelece isso. A Fipe pode ter atividades não-convênio” (Fipe, *Ata da 20ª Reunião Extraordinária do Conselho Curador*, p. 10).

No debate, Prado só recebeu apoio do presidente do Conselho, professor José Tiacci Kirsten, que citou dados sobre a queda da produção científica por docente na FEA, embora tenha aumentado a porcentagem do RDIDP sobre o número de docentes: “Apresento o problema, porque existe e acho justa a colocação do professor”, disse Tiacci.

O conselheiro Juarez Rizzieri, porém, propôs que o Departamento, para melhorar os resultados acadêmicos, apresentasse os programas em que desejava a colaboração da Fipe, para que esta analisasse e decidisse sobre uma eventual ajuda.

“Os programas do Departamento têm de ser avaliados no Conselho do Departamento em primeiro lugar. Aí a Fipe é chamada a colaborar”, retrucou o professor Prado.

A resposta do professor Rizzieri foi ríspida: “Eu acho que não passa exclusivamente pela avaliação do Departamento. Ela [a proposta] pode ser avaliada e aprovada no Departamento, mas eu acho que quem vai determinar o uso ou não dos recursos é a Fipe”.

Apesar da evidente irritação de Rizzieri e Montoro Filho, este último propôs determinar à diretoria da Fipe “que elabore um plano institucional, detalhando os mecanismos de apoio financeiro da Fipe às atividades acadêmicas do Departamento, obedecidas as diretrizes da Resolução 3592, integrantes do convênio Fipe-USP, e traga então numa próxima reunião para nós aprovarmos”.

O conselheiro Hélio Nogueira da Cruz se opôs à proposta de Montoro Filho: “Eu acho que

*Após a queda-de-braço,
a Fipe aprovou verba de
R\$ 600 mil para o
Departamento*

houve uma polêmica no Conselho do Departamento sobre quem toma iniciativas, se é o chefe do Departamento, se é a Fipe que toma. Para mim isto não é completamente claro”, disse o professor, que na época já coordenava a Codage.

“A gente tem aqui uma idéia do professor Eleutério, de dissolver propostas acadêmicas da Fipe”, continuou. “Nós temos que fazer respeitar os estatutos da Fipe. A sobrevivência da Fipe”. A resistência de Hélio Nogueira levou a decisão a ser adiada para outra

ocasião (Fipe, *Ata da 20ª Reunião Extraordinária do Conselho Curador*, p. 10-11).

Em reunião posterior, já em 1995, as partes em conflito celebraram um acordo. Foram criados os chamados “Programas IPE com apoio Fipe”, os quais tiveram como objetivo contribuir para o êxito na realização do “programa de metas acadêmicas recentemente aprovado pelo Conselho do Departamento de Economia” (Fipe, *Ata da 65ª Reunião ordinária do Conselho Curador*, 29/3/1995).

A administração dos programas ficou a cargo de três pessoas: os presidente da Fipe e do seu Conselho Curador e o chefe do Departamento de Economia. Acabou-se a polêmica, portanto, quando os programas e sua verba para o ano de 1995, R\$ 600.000,00, foram aprovados pelo Conselho Curador da fundação.

Pela leitura dos documentos depreende-se, ainda, que a Fipe manteve certas regalias. Assim, a Resolução 3592 define, no artigo segundo, que “as fundações que utilizarem próprios da Universidade, equipamentos, material de consumo e serviços deverão pagar taxas de ressarcimento, conforme for estipulado pelo Conselho Técnico Administrativo da unidade”, mas essa norma foi burlada na FEA: “o professor Montoro informou que essa taxa de ressarcimento havia sido estabelecida pelo CTA como zero” (Fipe, *Ata da 20ª Reunião Extraordinária do Conselho Curador*, p. 2). **RA**